



A INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA: AVANÇOS E DESAFIOS

Isabel Cristina Soares Gomes

Universidade Federal da Paraíba - isabel_sgomes@hotmail.com

Marlene Helena de Oliveira França

Universidade Federal da Paraíba - marlenecel@hotmail.com

Miriam Oliveira Costa

Universidade Federal da Paraíba – miriamocosta82@gmail.com

RESUMO

Esse artigo versa sobre a inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares. A motivação em realizar esse estudo se deu pelo fato de ter se tornado numa problemática amplamente discutida tendo em vista ser um assunto de grande relevância. Sendo assim, pretendemos verificar se os ambientes educacionais e se os profissionais da educação estão sendo verdadeiramente preparados para receberem as crianças com necessidades especiais, sobretudo, do ponto de vista pedagógico, já que a questão da infraestrutura escolar não depende dos professores, mas da gestão escolar e dos investimentos necessários à reforma e adaptação dos espaços escolares. Buscamos explicar alguns avanços e as melhorias que as políticas públicas trouxeram para as pessoas com deficiência, porém, também se faz necessário falar que por mais que as leis existam, elas não são efetivamente cumpridas, sendo tratadas genericamente. Para a construção desse estudo utilizamos recursos de pesquisa propostos por Barros e Lehfeld (2007), para elaborarmos com precisão uma análise bibliográfica, pois de acordo com esses autores, esse tipo de pesquisa é de grande importância e eficácia, pois permite ao pesquisador obter uma postura científica quanto à elaboração de informações de produções científicas já existentes, para a elaboração de relatórios e quanto à sistematização do conhecimento que lhe é transmitido dia-a-dia. Nesta perspectiva, o estudo foi elaborado com o objetivo de compreendermos como se encontram os espaços escolares, como está a formação dos profissionais da educação e quais os caminhos para tornarmos esses segmentos melhores e bem preparados para as crianças com deficiência. Para tanto, nos debruçamos em leituras e estudos de autores como Ferreira (2009) e Ainscow (2006), que trazem grandes contribuições para entendermos e buscarmos soluções, considerando os avanços e desafios encontrados na formação de crianças com algum tipo de deficiência. Assim, podemos concluir que, para a melhoria do atendimento e desenvolvimento das crianças com deficiência, é de extrema importância o cumprimento do que prevê a Constituição Federal, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e outros dispositivos que contemplam essa temática. Isto é, a obediência ao que está previsto nos documentos já seria suficiente para promover o processo de inclusão dessas crianças, reafirmando o direito de todos os alunos à educação no ensino regular e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), tendo como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que possam eliminar qualquer obstáculo que venha impossibilitar a participação plena dos alunos, levando em consideração suas necessidades específicas, sem qualquer tipo de distinção.

Palavras-chave: educação inclusiva; criança com deficiência; escola; Atendimento Educacional Especializado.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa aborda a inclusão de crianças com deficiência em escolas regulares, compreendendo a importância de seu aprofundamento, visto que é um assunto atual e de grande relevância. Neste sentido, é fundamental verificar se os espaços escolares e os profissionais de educação estão adequadamente preparados para receber essas crianças, compreendendo que a inclusão escolar deve ocorrer em várias dimensões, sendo duas delas consideradas como as principais. A primeira refere-se à inclusão no espaço físico, isto é, se a infraestrutura escolar está adequada para a oferta de uma educação de qualidade e se atende às especificidades de cada criança; a segunda, deve-se observar se os profissionais da escola, sobretudo, os professores estão preparados pedagogicamente para essa inclusão, tornando essa criança apta ao processo ensino aprendizagem, pois o número de crianças deficientes matriculadas em escolas regulares vem aumentando consideravelmente, e essas crianças não podem apenas ser integradas ao espaço escolar, precisam ser realmente incluídas, tendo na maioria das vezes, que se adequar a esses espaços, quando na verdade esse ambiente é que deveriam estar devidamente preparados para recebê-los.

A política nacional de inclusão prima por uma escola acolhedora que compreenda cada um em sua especificidade, ou seja, o espaço precisa estar adequado para as mais diversas situações e atividades, para que seja possível atender as demandas dos alunos que ali estão e, em se tratando da criança com deficiência, essa adequação precisa estar presente desde o ambiente físico até a metodologia.

Destarte, lançamos algumas questões norteadoras, são elas: será que as escolas regulares têm espaços adequados para receber a criança com deficiência? Os professores se sentem preparados para essa realidade? Os pais sentem-se satisfeitos com a metodologia aplicada a seus filhos? O que a escola pode fazer para interferir no processo ensino aprendizagem e na adaptação da criança com deficiência?

A discussão do tema é fundamental e de grande relevância, visto que ainda há muito que ser feito sobre esse assunto. Em algumas conversas com profissionais da área de educação e com pais de crianças com necessidades especiais verificamos que o processo de inclusão ainda não se dá como deveria, e seria importante uma pesquisa mais aprofundada para verificar as tamanhas fragilidades que envolvem esse problema.



Analizamos que do ponto de vista científico esse é um assunto de indiscutível relevância, ainda que reconheçamos a existência de uma vasta produção teórica acerca do tema. Reafirmamos que dada a sua importância e complexidade faz-se necessário aprofundar essa problemática, sobretudo em uma realidade ainda pouco explorada: as escolas, local da nossa investigação.

Numa perspectiva social, observa-se que o estudo dessa temática poderá contribuir para diminuir o preconceito existente em relação à pessoa com deficiência, e desmistificar a ideia de que essas pessoas não têm capacidade de desenvolvimento social e intelectual, claro que de acordo com suas limitações.

Pedagogicamente falando, acredita-se que essa pesquisa possa despertar uma maior reflexão por parte dos educadores no sentido de se sentirem capacitados para enfrentar os desafios dessa modalidade de ensino, mesmo que a formação dos professores não esteja realmente preparada para enfrentar as diversas especificidades dos educandos.

Assim, pretende-se verificar quais são as reais condições das escolas regulares para receber crianças com deficiência seja ela física ou intelectual, observando as realidades das escolas quanto à inclusão da criança com deficiência, e buscando constatar como se dá o processo de interação entre as crianças com deficiência e as outras pessoas da escola, observando as dificuldades encontradas por professores no processo de inclusão de crianças com deficiência.

METODOLOGIA

Utilizamos o segmento da pesquisa bibliográfica, pois de acordo com Barros e Lehfel'd (2007), esse tipo de pesquisa é de grande importância e eficácia, pois permite ao pesquisador obter uma postura científica quanto à elaboração de informações de produções científicas já existentes, para a elaboração de relatórios e quanto à sistematização do conhecimento que lhe é transmitido dia-a-dia. Considerando as contribuições encontradas nas fontes estudadas de significativa relevância para o melhor entendimento sobre a inclusão escolar da criança com deficiência.

Produzimos uma análise que nos deu subsídios para entender como se encontra atualmente os espaços educacionais, e como estão sendo assistidos os alunos com necessidades especiais, também destacamos algumas questões que dificultam o bom desenvolvimento dos alunos com deficiência, e maneiras inapropriadas de abordagens pedagógicas.



Estamos convencidos de que, os desafios e obstáculos em proporcionarmos uma educação verdadeiramente inclusiva são inúmeros, porém faz-se necessário uma reforma das práticas tradicionais ofertadas nos espaços educacionais, para que possamos possibilitar uma melhoria no processo de ensino-aprendizagem que atenda a todos os envolvidos.

Nos apoiamos ainda, em uma leitura rigorosa, utilizando dos conceitos defendidos nas obras de Lima e Mioto (2007), que nos proporcionou um melhor desenvolvimento da pesquisa, buscando usar métodos criteriosos de análise, com o objetivo de encontrarmos fontes relevantes para um estudo de qualidade.

Além deles, nos ancoramos nos estudos de Ferreira (2009), Sanchez (2000), Ainscow (2006) que nos possibilitou melhor entendimento de como se dá o processo de inclusão na educação, de que há, indubitavelmente, condutas discriminatórias contra os estudantes com deficiência na escola e a importância de se mudar esse comportamento.

Evidentemente, que não teremos (nem é essa nossa pretensão) esgotar todas as leituras e concepções existentes acerca do assunto, mas esperamos que essa pesquisa possa contribuir para diminuir o preconceito que ainda existe em relação às crianças com deficiência no espaço escolar, auxiliando na reflexão dessa problemática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maneira como a sociedade interage com as pessoas com deficiência vem passando por transformações ao longo do tempo. Aqueles que anteriormente foram tratados e vistos como incapazes, inválidos, inferiores as pessoas ditas normais, hoje já são visto como cidadãos com direitos e deveres.

Os primeiros movimentos acerca da educação inclusiva foram marcados pelos movimentos antissegregacionistas, que tiveram início na década de 1960. Porém, é a partir da década de 1980 que passa a ser efetivada em diferentes países. Esse movimento em prol da educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, que vem sendo proposta em defesa dos direitos de todos os alunos estarem juntos podendo aprender e participar do processo educativo sem que haja nenhum tipo de discriminação.

Historicamente a escola era tida como um espaço exclusivamente disponível para um grupo de privilegiados, causando assim, uma exclusão social daqueles que não faziam parte desse grupo como, por exemplo, as pessoas com deficiência.



No Brasil o processo de inclusão tem início de fato, a partir da criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE) em 1986 que passou a promover ações para garantir a permanência dos alunos com deficiência na escola. Assim como no Brasil, outros países buscaram instituir ações na mesma perspectiva, e se preocuparam com essas mesmas questões. Porém, não foram somente às instâncias governamentais que se preocuparam com essa problemática e a lutarem por melhorias na inclusão desses sujeitos, os próprios sujeitos estiveram e estão sempre atentos, e cada vez mais organizados em torno dos seus interesses, e de maneira expressiva imprimiram força para que houvesse esse debate político.

É a partir dessas representações e da busca pelo reconhecimento do direito a todos pela educação, que em 1994 foi realizada uma conferência na Espanha sobre a questão da educação especial, a qual foi intitulada Conferência mundial sobre Educação para Necessidades Especiais. Nessa conferência organizada pela UNESCO e pelo governo espanhol foi elaborada a tão conhecida Declaração de Salamanca, considerada atualmente um dos documentos mais importantes ligados as causas das pessoas com deficiência. “A declaração de Salamanca constitui um marco importante na história da inclusão, porque oficializou o termo no campo da educação” (TESSARO, 2005, p.43 *apud* SANTIAGO, 2011, p.240).

A mencionada Declaração vem garantir direitos educacionais para todos os cidadãos, pois, já se reconhece de que independentemente de suas necessidades, as escolas precisam se ajustar as condições desses alunos quaisquer que sejam suas condições físicas, sociais ou linguísticas. Dessa maneira, podemos evidenciar que é um documento que além de discutir questões de deficiência, busca garantir uma educação para todos.

Foi a partir da declaração de Salamanca que a maioria dos países começou a implantar políticas de inclusão no ensino regular de alunos com deficiência e outras diferenças. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organizações específicas para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e assegura a aceleração de estudos de superdotados para a conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante a verificação do aprendizado” (art.24, inciso V).



Acompanhando esse processo de mudança as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº2/2001, no artigo 2º determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Um grande desafio para os sistemas de ensino de todo o mundo é o de oferecer uma educação inclusiva para alunos com deficiência, tendo em vista que muitas crianças sequer conhecem o interior de uma escola, além do que, boa parte dessas escolas não possui espaços adequados e condições necessárias para receber esse aluno. Estamos falando de espaços que tenham acessibilidade para que o aluno com deficiência possa ter acesso a todo ambiente escolar. Também é de grande importância que se tenha práticas pedagógicas que permitam que a criança com deficiência obtenha um desenvolvimento de acordo com as suas limitações. “Aqueles crianças que possuem necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola normal, a qual deve acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de atender as suas necessidades” (UNESCO, 1995).

Para a melhoria do atendimento e desenvolvimento das crianças com deficiência a atual Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva de janeiro de 2008, reafirma o direito de todos os alunos à educação no ensino regular sendo ofertado para o aluno da modalidade de ensino especial, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que tem como função identificar elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade capazes de eliminar qualquer obstáculo que venha impossibilitar a participação plena dos alunos, levando em consideração suas necessidades específicas. O atendimento no AEE é feito no contra turno em que o aluno está matriculado no ensino normal, as atividades realizadas nesse espaço é diferenciada das atividades realizadas na sala comum, não podendo substituir a escolarização, esse atendimento vem para complementar e suplementar a formação dos alunos, ofertando a eles maior autonomia e independência, seja na escola ou fora dela. Por essa razão, cabe ao professor do AEE a função de pensar criativamente em recursos e atividades que estimulem o aprendizado do aluno nas áreas e atividades em que ele tenha maior dificuldade em realizar.

Observamos que quando falamos da educação especial existe uma enorme lacuna na formação docente. No entendimento, para formar profissionais da educação mais preparados



para atuar na educação especial, é necessário olhar com mais atenção sobre quais perspectivas e parâmetros, esses docentes estão sendo preparados. As lacunas deixadas na formação docente não ocorrem pela ausência de leis criadas para atender as demandas da educação especial, mas, pelo não cumprimento dessas leis, pois podemos ver que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação e o Conselho Nacional de Educação, tratam da educação especial, mesmo que de maneira generalizada e superficial.

Em razão disso, devemos estar atentos de que não se pode ignorar a existência de uma formação docente de baixa qualidade que inviabiliza uma educação inclusiva plena e integral, em que todas as especificidades dos alunos com deficiência sejam contempladas no espaço escolar, pois é preciso levar em consideração que é “no chão da escola” que são observadas diversas particularidades que também contribuem para a falta de inclusão, trazendo vários obstáculos para as pessoas com deficiência. Devemos considerar também que a particularidade deste tipo de formação seria melhor contemplada nos cursos de Pedagogia, porém, as leis referem-se à educação especial de forma secundária e opcional.

A preocupação em torno da formação docente precisa ir além do discurso. Precisa ser efetivada no cotidiano dos professores e professoras que trabalham na educação básica brasileira, discernindo que através delas muitos outros problemas poderão ser consequentemente, resolvidos. Assim argumenta Saviani (2009):

Trata-se, pois, de eleger a educação como máxima prioridade, definindo-a como o eixo de um projeto de desenvolvimento nacional e, em consequência, carrear para ela todos os recursos disponíveis. Assim procedendo, estaríamos atacando de frente, e simultaneamente, outros problemas do país, como saúde, segurança, desemprego, pobreza, infraestrutura de transporte, de energia, abastecimento, meio ambiente etc. (SAVIANI, 2009, p.153).

Podemos então verificar, que mesmo havendo algumas conquistas no que se refere à inclusão da pessoa com deficiência, sobretudo no que se refere ao espaço escolar ainda encontramos barreiras que devem ser ultrapassadas para que essa realidade seja de vez desconstruída. A pessoa com deficiência além de ter que superar suas próprias limitações, vem vivenciando experiências desagradáveis de discriminação frequentemente, situação comum na vida de pessoas pertencentes aos grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

Diante dessa realidade é preciso dirigir nossos olhares para as experiências de discriminação e preconceito vivenciadas por crianças e jovens com deficiência no espaço



escolar, buscando inibir tais práticas e gerar reflexões sobre como combater atitudes discriminatórias.

Por fim, podemos observar que mesmo com um crescente número de matrículas de crianças com deficiência na rede de ensino regular, as condições educacionais os mantêm de maneira desigual no que se refere ao sucesso escolar dessas crianças. Esse insucesso pode estar relacionado às experiências de discriminação vividas por ela durante seu processo de escolarização. Por esse motivo é de grande importância buscar soluções para que seja posto em prática os reais direitos de todo cidadão, o de ser respeitado e aceito em suas singularidades.

CONCLUSÃO

Concluimos que muito ainda precisa ser realizado para que possamos obter uma educação verdadeiramente inclusiva, na perspectiva de que todos estejam incluídos e não inseridos como observamos atualmente nas escolas regulares. Pois, colocar um aluno deficiente sem os devidos aparatos para proporcionar a ele um desenvolvimento cognitivo e emocional, trata-se na verdade de um processo de exclusão e não de inclusão, como se pretende.

É preciso compreender que não basta integrar essas crianças; é preciso incluí-las. Essa inclusão requer um conjunto de iniciativas e esforços de vários setores e pessoas, começando pelo MEC, por se tratar do órgão responsável pelo incremento financeiro, com vistas à melhoria das condições físicas da escola e dos equipamentos necessários a uma educação de qualidade para os sujeitos que dela precisam. Os gestores também assumem uma tarefa indispensável, pois são eles os responsáveis pela gestão dos recursos, pela implantação de programas e projetos e pela organização das práticas pedagógicas. Por último, mas não menos importantes, temos os pais e os educadores, que num trabalho de colaboração e parceria devem estar atentos para promover uma educação que promova o ser humano; uma educação que possibilite as crianças com deficiência superar seus próprios limites (físicos e cognitivos) e as barreiras atitudinais que de algum modo, possa representar um obstáculo para a aprendizagem desses sujeitos.

Numa época em que presenciamos vozes gritando a favor da criação de “escolas sem partido”, onde não se permite aos atores que lá estão expor suas próprias ideias, tampouco que a diversidade e a diferenças entre as pessoas sejam respeitadas, não podemos permitir que o



preconceito e a discriminação em relação às crianças com deficiência ocupem o lugar do bom senso e do respeito à diferença e a diversidade, seja ela étnico-racial, religiosa e de gênero.

A escola como um espaço de produção do conhecimento e de ideologias, deve ser o palco principal para que as pessoas possam manifestar suas ideias, inclusive discordando daqueles que se acham os donos do saber, mas também deve ser o lugar para incluir as crianças com deficiências sem impor quaisquer exigências a elas ou a seus pais, mas simplesmente acolhê-las, incluí-las, dando a elas oportunidades de aprendizagem e se superação de seus próprios limites que jamais teriam se não tivessem na escola.

Por essa razão, faz-se necessário que essas crianças sejam incluídas nas diversas atividades elaboradas, entendendo que mesmo com suas limitações são capazes de realizar tais atividades, necessárias ao seu desenvolvimento físico, motor e intelectual. E isso só é possível, com um olhar mais cuidadoso sobre o aluno, utilizando uma capacidade reflexiva para auxiliá-lo na realização de várias tarefas, pois educar o homem é colocá-lo em um contexto sócio histórico e cultural, e integrá-lo a comunidade em que encontra-se inserido.

Mas, o olhar do professor ao qual nos referimos, não pode ser espontâneo, pois depende da intenção que o docente atribui, a importância que este dá ao seu alunado, para que assim possa melhor compreendê-los e ajudá-los em todo seu processo de formação educacional.

Para os graduandos de pedagogia e das diversas licenciaturas, faz necessário entender que educar é enriquecer a capacidade de ação e reflexão do ser aprendente, é evoluir junto com todos ao seu redor. A educação é um contínuo processo de transformação. Por isso, é fundamental que esse processo de educar ocorra de maneira recíproca e contínua.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação**, 2014 – 2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e da outras providencias – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara 2014. 86 p. – (Série legislação; n.125)

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** [recurso eletrônico]: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 10. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.46 p. – (Série legislação; n. 130).



FERREIRA, Windyz B. (Org.) **Tornar a educação inclusiva**. Brasília, UNESCO, 2009.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katál*, Florianópolis, v. 10 n. 2007. p. 37-45.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*. V. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

